

“Um sinal de decadência”: críticas católicas a promoção do preservativo aos jovens como método de prevenção ao HIV/AIDS

Cláudio José Piotroviski Dias
Fundação Oswaldo Cruz

Resumo: Este artigo apresenta parte da discussão que fiz em minha monografia de conclusão de curso, defendida em novembro de 2008, na Universidade Estadual de Ponta Grossa. Com efeito, analisei as respostas sócio-culturais arroladas na luta contra a epidemia da Aids no Brasil. Especificamente, busquei refletir sobre as críticas elaboradas por clérigos da Igreja Católica às campanhas e programas de prevenção empreendidos pelo Governo Federal dentre os anos de 1993 a 2007 para conter os avanços da epidemia no segmento jovem da população. Aqui apresento as campanhas de prevenção à Aids destinadas aos jovens, seguidas das críticas arroladas por três católicos: o teólogo Felipe Aquino, o Cardeal Rafael Llano Cifuentes e o Bispo Eduardo Benes, encerrando com minha análise sobre a celeuma, sob a luz do conceito de Representação.

Palavras- Chave: Aids, Campanhas de Prevenção, Sexo seguro, Igreja Católica, Castidade.

Abstract: This article presents part of the discussion I made in my monograph completion of course, defended in November 2008, at the State University of Ponta Grossa. Indeed, looked at the socio-cultural responses enrolled in combating the AIDS epidemic in Brazil. Specifically, I sought to reflect on the criticism produced by clerics of the Catholic Church to the campaigns and prevention programs undertaken by the Federal Government from the years 1993 to 2007 to stem the progress of the epidemic in the youth segment of the population. Here I present the AIDS prevention campaigns targeting young people, followed by three criticisms listed by Catholics: the theologian Felipe Aquino, Cardinal and Bishop Rafael Llano Cifuentes Eduardo Benes, ending with my analysis of the fuss, in light of the concept of representation .

Keywords: AIDS Prevention Campaign, Safe sex, Catholic Church, Chastity.

Introdução

Este artigo apresenta algumas conclusões a que cheguei em minha monografia de conclusão de curso, intitulada “Um sinal de decadência”: representações católicas sobre os métodos preventivos ao HIV/AIDS propostos à juventude. 1993 – 2007”. Neste, tentei compreender as motivações de alguns padres, bispos, teólogos, etc., em posicionarem-se contrários à medidas engendradas pelo Governo Brasileiro para barrar o avanço do HIV/AIDS em um segmento populacional específico: a juventude.

Para tanto, debruicei-me sobre documentos oficiais da CNBB (Confederação Nacional dos Bispos do Brasil), artigos e livros escritos por clérigos, nos quais teciam duras críticas a duas estratégias do Governo brasileiro, elaboradas para evitar a contaminação de jovens por HIV: primeiramente ao discurso pautado na idéia do ‘sexo seguro’, ou seja, a de que o jovem brasileiro também poderia viver sua sexualidade, desde que se protegesse e evitasse o vírus causador da AIDS utilizando a ‘camisinha’; segundo e complementar ao anterior, à distribuição de preservativos a alunos matriculados na rede pública de ensino.

Somado a estas fontes, pesquisei campanhas estatais de prevenção à AIDS, produzidas com a intenção de atingir especificamente pessoas entre a faixa etária que vai dos 13 aos 24 anos, propagandas estas que invariavelmente apostaram no ‘sexo seguro’ e no preservativo como forma de inibir a contaminação por HIV. Ademais, completando meu corpus documental, recorri à notícias publicadas em inúmero jornais brasileiros, que informavam sobre a implantação do ‘Programa de Distribuição de Preservativos’ em colégios, iniciado em 2003 – além de desdobramento ulterior do programa, qual seja, a pretensão de instalar, a partir de 2007, máquinas de preservativos em instituições públicas de ensino. Atitude que almejava potencializar e ampliar a distribuição do condom aos jovens.

Com efeito, delineados problemática e corpus documental, percebi que a análise se mostrava fecunda justamente porque os clérigos que perscrutei não somente propalaram um discurso fundado em certas idéias e valores da Instituição Religiosa da qual faziam parte, mas também ‘falavam’ em nome da mesma e daqueles que se identificavam com ela (pois como se verá mais adiante, ‘se expressavam em nome de uma coletividade’. O que não suprime possíveis nuances que podem ser percebidas se abordados tomadas de posição individuais. Dito de outro forma, fiéis católicos podem não concordar com o posicionamento engendrado pela cúpula de sua instituição a respeito dos métodos preventivos ao HIV/Aids. Mas esta não é minha preocupação; o é somente na medida em que certos indivíduos representam ou ‘pensam’ representar outros.

Tendo isto em mente, trago neste texto as críticas formuladas pelo teólogo Felipe Aquino, pelo Cardeal Rafael Llano Cifuentes e pelo Bispo Dom Eduardo Benes. Isto porque foram os que mais produziram artigos (e livro, no caso de Felipe Aquino) no período de tempo que analisamos e por serem aqueles, dentre outros, que mais veementemente protestaram contra os propósitos estatais.

Antes disso, porém, apresento o contexto em que elaboraram suas ressalvas. Portanto, lanço luz agora nas campanhas estatais de prevenção destinadas aos jovens especificamente, além de direcionar meu olhar para o ‘Programa de Distribuição de Preservativos’.

As campanhas e programas de prevenção ao HIV/AIDS destinados à juventude

Campanhas preventivas ao HIV/Aids destinadas aos jovens começaram a ser veiculadas pelo Governo Federal em 1993. Segundo Nascimento (Nascimento, 2005, p. 154), a partir desta data

observa-se uma grande preocupação do PNDST/Aids com os jovens e adolescentes (...) Fundamentalmente, a campanha oficial defende o uso da camisinha desde o início das atividades sexuais (...) Os cartazes desta época, voltados exclusivamente para o público jovem, mostram que a camisinha passou a ser definitivamente o elemento principal de prevenção à transmissão do vírus da Aids

Na primeira delas, que teve o slogan “Previna-se do vírus, não das pessoas”, que remonta a 1º de Dezembro de 1993, existe a imagem de preservativos espalhados em meio a outros objetos típicos de adolescentes (fone de ouvido, óculos, boné dentre outros), dando a idéia de que a camisinha também já fazia parte do dia-a-dia do jovem (Nascimento, 2005, p. 154). No ano seguinte, para o carnaval, foi produzida a “Carnaval bem transado”, com o objetivo de sensibilizar “adolescentes e jovens adultos” para a importância da utilização do preservativo na prática sexual, e foi disseminada através da televisão, rádio, cartazes e outdoors (Brasil). Ainda neste ano, 1994, mas novamente em dezembro, foi veiculada através de “VT (vídeo televisivo), cartaz e anúncios em revistas dirigidas” a campanha com o slogan “Adolescente: você precisa aprender a transar com a existência da Aids”, dirigida a “adolescentes na faixa etária de 13 a 25 anos” e que sustentava basicamente a idéia do sexo seguro, mas também o não compartilhamento de seringas e as formas de transmissão do vírus HIV (Brasil).

Desta feita, três campanhas em um curto espaço de tempo, mas que só serão retomadas quatro anos após, em dezembro de 1998 com “A força da mudança: com os jovens em campanha contra a Aids”, pensada principalmente devido à incrível incidência de casos de HIV positivo em pessoas de 10 a 24 anos. Assim, “realizou-se campanha nacional a fim de mobilizar a

população jovem para a prevenção da aids e para a melhoria da qualidade de vida de jovens afetados pelo HIV”. Esta esteve presente nos tradicionais meios de comunicação, televisão e rádio, mas desta vez não apareceu em cartazes, sendo substituído pela exibição em cinemas (Brasil, 1998).

Após, segue um hiato de cinco anos. Somente em 2003 nova estratégia governamental visando adolescentes e jovens. A partir deste marco, elas assumem definitivamente em seu discurso a prevenção que deve ser tomada em relação as práticas sexuais, deixando de lado enunciados referentes a transmissão por compartilhamento de seringas. Para o carnaval daquele ano, foi divulgada nacionalmente, através de cartazes, outdoors e também de um pequeno filme, protagonizado por uma cantora pop e exibido na TV durante intervalos comerciais, a campanha com o slogan “Mostre que você cresceu e sabe o que quer. Neste Carnaval, use camisinha”, que visava jovens de 13 à 24 anos, “principalmente adolescentes do sexo feminino, nas quais os novos casos de Aids vem superando as ocorrências entre os meninos (...)”.(Brasil, 2003) O grande objetivo era “estimular às jovens que iniciam a vida sexual a tomarem para si a responsabilidade da prevenção à Aids, exigindo que o parceiro use o preservativo e não tendo vergonha de comprá-lo ou carregá-lo na bolsa” (Brasil, 2003).

Quatro anos após, em 2007, o Programa Nacional de DST/Aids produziu a campanha para o “Dia Mundial de luta contra a Aids” (1º de dezembro) direcionada especialmente a jovens entre 14 e 24 anos, objetivando “afirmar o direito do jovem de viver sua sexualidade e de ter acesso ao preservativo” (Brasil, 2007). O slogan “Sua atitude tem muita força na luta contra a Aids”, foi divulgado através de variados meios de comunicação, como televisão, rádio e internet (através de um site lançado pelo Programa Nacional para serem discutidos temas afins), além de três cartazes distribuídos “aos parceiros dos governos estaduais e municipais e de organizações da sociedade civil, visando dar suporte as demandas locais”, ou seja, escolas, postos de saúde, etc.

Em quatorze anos, seis campanhas que visaram este público e permeadas por um conteúdo comum: em sua maioria, o fomento da prática do sexo com segurança, tendo as relações sexuais mediadas pelo preservativo. Mas as campanhas não foram a única forma que o Governo Federal encontrou para barrar os avanços da epidemia na população jovem. De maneira inovadora, em 2003, através de uma parceria entre Ministérios da Saúde e Educação, foi colocado em prática o “Saúde e Prevenção nas escolas”, que visava distribuir preservativos a estudantes matriculados em colégios da rede pública de ensino e levar até estes informações sobre sexualidade e doenças sexualmente transmissíveis. O objetivo, assim como as campanhas, era conscientizar a juventude para que a vivência sexual fosse construída de maneira responsável e segura. A única diferença entre este programa e as campanhas, é que além de objetivar a

prevenção contra o vírus HIV, também se almejava a diminuição dos casos de adolescentes grávidas no país. Como relata o “Diário de Cuiabá”

Entre os motivos que levaram o Ministério da Saúde a fornecer preservativos nas escolas estão o aumento da Aids na população com idade entre 13 a 19 anos e o número elevado de ocorrências de gravidez na adolescência em jovens entre 10 e 19 anos (210.946 partos e 219.834 casos de abortos atendidos no Sistema Único de Saúde - SUS, no período de 1999 até abril deste ano

Tinha-se também como premissa que os jovens iniciavam precocemente a prática do sexo, portanto, ficando mais expostos ao risco de contrair o vírus HIV, como informa “O Popular”, jornal do Estado de Goiás

A estratégia pretende evitar doenças sexualmente transmissíveis e aids entre os jovens, parcela da população que inicia a vida sexual cada vez mais cedo. Alguns estudos feitos pelo MS demonstram que, em média, as meninas estão começando a ter relações sexuais aos 14 anos de idade e os meninos aos 13 anos.

Com estes dois aspectos em vista, o projeto foi lançado oficialmente em Agosto de 2003 no Paraná, segundo o “Correio Popular” de São Paulo:

O governo federal inaugurou ontem, em Curitiba (PR), a campanha nacional que prevê a distribuição de preservativos para estudantes da rede pública de ensino. *O programa tenta atenuar a disseminação do vírus causador da Aids* e o registro de casos de gravidez indesejada na adolescência (grifo nosso)

Pretendia-se através dele “distribuir 235 milhões de preservativos a 2,5 milhões de estudantes brasileiros de estabelecimentos públicos de ensino até 2006”. O programa começou em forma experimental, somente em cinco cidades, a saber, além de Curitiba, Xapuri e Rio Branco no Acre, São Paulo e São José do Rio Preto. Um dado que não encontramos ao perscrutar as fontes, é referente a justificativa do Programa Nacional de Aids e do Ministério da Saúde no que tange a escolha destas cidades. As notícias se atêm somente ao número de jovens que o Programa tentaria a partir de então atingir, bem como seu custo na fase inicial (7 mil dólares).

Desta forma, acompanhando notícias do final de 2003 e dos posteriores, é perceptível que a idéia começava a se alastrar para outras localidades, tais quais o Distrito Federal, Rio Grande do Sul, Piauí, Paraíba, e Pernambuco. De fato, o grande objetivo do Governo Federal, a partir de 2004, era agir de maneira que o projeto se espraiasse pelo país, tentando “incluir no programa ‘Saúde e Prevenção nas Escolas’ mais 205 municípios brasileiros e distribuir 235 mil preservativos a esses jovens”. Até que, em 2006, o Programa fosse concretizado, ampliando estas

“ações para *todas* as escolas de ensino público no Brasil” além de estabelecer “um sistema de monitoramento e avaliação do programa”.

A intenção de potencializar o programa e torná-lo mais acessível desemboca na idéia, já em 2007, de implantar máquinas em escolas que distribuíssem automática e gratuitamente preservativos aos estudantes. Para tanto, o governo fomentou, via Ministérios da Saúde e Educação, concursos

entre os Cefets (Centros Federais de Educação Tecnológica) que incentiva a criação de um protótipo da máquina, que forneceria o preservativo na embalagem unitária. A forma de acesso -fichas distribuídas na escola, senha ou outra maneira- deve ser definida em projeto pedagógico que acompanhará o protótipo

Desejava o governo receber propostas até o mês de junho deste mesmo ano para que pudesse liberar verbas para a construção das máquinas para poder testá-las em dezembro e colocá-las em funcionamento já no ano de 2008.

A impressão que se pode ter numa análise rápida desta campanha, é que a distribuição seria feita de modo indiscriminado, de maneira verticalizada, impositiva. Contudo, muitas notícias publicadas ao longo destes quatro anos em que se desenvolveu o programa informam que a pretensão era estabelecer um diálogo com a comunidade, definindo de maneira democrática as diretrizes para projeto.

Sobre isso, é interessante a matéria publicada em “O Progresso” do Maranhão, datada de 21/09/2003, trazendo inclusive uma fala do então Ministro da Saúde, Humberto Costa

A própria comunidade, *com participação dos pais*, define a forma de distribuição. ‘O método de distribuição deve ser traçado pelas escolas, pois cada região possui sua própria cultura. O que queremos é eliminar qualquer tipo de constrangimento para o aluno quando for pegar o preservativo’, explica o ministro da Saúde, Humberto Costa. (grifo nosso)

Além do diálogo com a comunidade, buscava-se capacitar professores para que desenvolvessem aulas com temas sobre sexualidade e doenças sexualmente transmissíveis, como fica claro no trecho da seguinte reportagem veiculada pelo Correio da Bahia

Com o programa de combate à Aids nas escolas, os Ministérios da Saúde e Educação buscam difundir conceitos de saúde sexual e reprodutiva junto à população infanto-juvenil, promovendo a prática do sexo seguro. Para participar da proposta, é necessário que as *secretarias estaduais e/ou municipais de educação de cada cidade desenvolvam nas escolas públicas trabalhos de formação de professores para abordar a educação sexual como tema transversal em sala de aula*. (grifo nosso)

Como auxílio para isso em 2006 foram forjados materiais para auxiliar na formação dos professores, incluindo aí guias, cartilhas e a apresentação de oficinas e palestras nas escolas, ministradas por profissionais da área da saúde, fossem eles de secretarias municipais ou estaduais ou mesmo de universidades. Seja como for, parece que a idéia não era dissociar a distribuição das camisinhas de uma política de educação sexual nos colégios, afinal o grande lema do Governo era ‘conscientizar’ a população jovem com relação aos riscos decorrentes de práticas sexuais desprotegidas.

Ao que tudo indica, porém, mesmo com a vontade de distribuir camisinhas em ‘todas’ as escolas públicas do país até 2006, quer dizer, em somente três anos de programa, a ação levada a cabo pelos Ministérios da Saúde e da Educação não caminhou de modo tão veloz quanto o esperado. Em 2007, portanto um ano após aquele em que o projeto seria universalizado, somente 25,6% das escolas de Educação Básica trabalhavam com questões relacionadas à sexualidade juvenil e entregavam preservativos. Como hipótese para isso, acredito que o Governo não agiu no sentido de oferecer capacitação à professores e pedagogos para realizarem, tanto a distribuição como o trabalho de educação sexual nas escolas. Somado a este fator, creio também que o tempo para a Universalização do programa é demasiado curto, seja para destinar verbas a todas as escolas brasileiras para que desenvolvessem o projeto, seja para se desenvolver o debate com professores e pais sobre os objetivos da entrega de “camisinhas” à jovens. Mas, como dito, isto são hipóteses. E como tais, precisam ainda ser averiguadas.

‘Um sinal de decadência’: O posicionamento católico

Passo agora a apresentar as análises e conclusões a respeito do problema que elenquei em minha monografia e reproduzido no começo deste artigo, qual seja, compreender o posicionamento contrário arrolado por alguns religiosos ligados à Igreja Católica a respeito dos métodos de prevenção ao HIV/AIDS propostos pelo Governo Federal aos jovens brasileiros. Para tanto, apresento as ressalvas elaboradas pelo teólogo Felipe Aquino pelo Bispo Eduardo Benes e pelo Cardeal Rafael Llano Cifuentes.

Divido a seguir esta crítica em duas: primeiro arrola suas considerações a respeito da imoralidade sexual que o Estado construía ao disseminar junto aos jovens a idéia do “sexo seguro”, que traria somente a promiscuidade. Após, apresento as argumentações em torno da ineficácia inerente ao preservativo, ou seja, o material de que o mesmo é feito, não barrava totalmente o vírus HIV, colocando em risco a saúde de milhões de jovens. Esta última é dirigida, principalmente ao “Programa de Distribuição de Preservativos”.

Disseminando imoralidade: o ‘sexo seguro’ e o desregramento sexual da juventude

Sendo assim, antes de qualquer coisa, é necessário perceber que suas preocupações extrapolavam questões meramente relacionadas à Aids. É fácil perceber que o receio se situava alhures, e não somente na prevenção ao vírus HIV, mas também vinculadas à sexualidade e moralidade. A propagação da idéia do sexo seguro aos jovens, garantido pelo uso do preservativo, somente traria (ou reforçaria) o desregramento sexual, a promiscuidade, a busca do sexo somente para satisfação de um instinto e desta forma, indo de encontro a certos valores pregados pela Igreja Católica, como o vínculo inseparável da relação sexual ao amor e a geração da vida, sendo o matrimônio o lócus correto para a prática do sexo. Sobre isso, é preciso atentar para o livro do teólogo Felipe Aquino, “Namoro”. No capítulo 11 “Castidade - um belo desafio para o jovem”, ele tecia dura crítica: “Vemos hoje (...) esta triste campanha de prevenção à Aids, através do uso da ‘camisinha’. De maneira clara se passa esta mensagem aos jovens: ‘praticuem sexo à vontade, mas usem o preservativo’. Isto é imoral e decadente” (Aquino, 1999, p. 116).

Como fica claro, tudo se passa como se a distribuição de preservativos aos jovens trouxesse consigo perigos maiores do que a própria enfermidade. Neste sentido, ao invés de sanar uma doença, o Estado, criava outros graves problemas, como a prática precoce do sexo, definida desta forma por ser feita fora do casamento. Mais do que isso, aquelas campanhas supostamente incentivavam os jovens a incorrerem na prática livre e descompromissada do sexo, desvinculando-a do amor; portanto, relacionada à promiscuidade. Pois se a camisinha protege da infecção por HIV, não importa como, de que forma, com quem ou em qual faixa etária o sexo vai ser praticado. Como argumenta de forma irônica o Bispo Llano Cifuentes (2003a – O Uso do preservativo...), também em dezembro de 2003,

No âmbito de uma população estudantil formada por adolescentes, o perigo de que a propaganda de distribuição de preservativos venha a ser um incentivo para a prática do sexo precoce, é algo claro evidente de per si. *Porque, sob a capa de evitar uma doença, parece que, subliminarmente, se está insinuando com uma pedagogia indireta: ‘Transar, não há nada demais’, ‘se você sente este impulso porque não satisfaz-lo? O importante- isso sim! – é usar a camisinha (grifo nosso)*

Estaria consagrada assim, a ética do “já que”, duramente criticada pelo Bispo de Sorocaba Eduardo Benes (2003), pois se oporia a uma “educação para a virtude”. Segundo ele a

ética do já que consagra costumes que não promovem os valores da dignidade humana. Exemplificando: ‘já que os adolescentes muito cedo iniciam sua vida sexual, vamos distribuir camisinhas que os protejam das

doenças sexualmente transmissíveis. Esta forma de pensar é despejada cotidianamente na mente de nossas crianças através da propaganda pelo uso de preservativos

Ademais, observava-se que sexo precoce e desregrado, que “propunham” as campanhas estatais, trazia problemas inerentes. Incitar o uso da camisinha levaria a relações “eventuais” e “inseguras” que por sua vez desembocavam em problemas morais e fisiológicos como “o enfraquecimento da saúde e da força de vontade, a perda de um comportamento social correto” além de fomentarem “a falta de respeito à pessoa humana” (Benes, 2003). Sendo assim, o Governo Federal não teria o direito, sob a alegação de estar prevenindo a população jovem de uma doença, mesmo que grave, de perverter toda a moralidade sexual do adolescente, de “tratá-lo como um animalzinho”, incitá-lo a prática sexual, assim banalizando o sexo. Bom lembrar: a banalização do sexo aconteceria se retirada a dimensão do amor, que estrutura a relação perpetrada entre homens e mulheres (Aquino, 2007a – Camisinha, um sinal de decadência moral). Como afirma Benes (2007), ao lembrar que as escolas estavam se tornando “postos de distribuição de camisinhas”,

a sexualidade humana, separada do amor e da fecundidade, parece reduzida à produção do prazer, deixando de ser premissa para que um homem e uma mulher entrelacem seus destinos, elaborando um projeto comum de vida, aberto a procriação e a educação dos filhos, estabelecendo vínculos de comunhão na família (Benes, 2007)

A preocupação com a juventude surge assim, pela certeza religiosa de que são eles que futuramente constituirão famílias, construídas sob os pilares do amor e do carinho, formadas a partir do matrimônio no qual o homem e a mulher são dignos de exercer o sexo. Intervir na constituição sadia das famílias leva a própria derrocada da sociedade. Como afirma Cifuentes, “não existe sociedade estável sem família bem constituída” (Cifuentes, 2007). Não eram todos estes e demais valores e outros expostos acima que o Estado, “sob a capa de prevenir uma doença”, fomentando o uso da camisinha entre os adolescentes, tentava destruir?

Sendo assim, para Cifuentes, a forma realmente eficaz a se oferecer a juventude para a prevenção do vírus HIV não estaria na promoção da camisinha e, repetindo a fórmula proposta pela Igreja já em 1992, em um trabalho educativo que deveria buscar uma mudança de atitude. Porém, ele não dá o passo seguinte que seria explicar quais seriam as atitudes consideradas corretas para se inibir aquela doença por parte dos jovens (Cifuentes, 2007).

Sobre isso, é mais profícuo o artigo “Camisinha, um sinal da decadência moral de uma civilização”, escrito pelo teólogo Felipe Aquino e publicado em março de 2007, quando foram veiculadas as primeiras notícias sobre a intenção do Programa Nacional de DST/Aids de instalar

máquinas de preservativos em colégios. Para Aquino, que considerava este tipo de campanha “imoral” e “irresponsável” e que denotavam a “decadência moral de nossa civilização”, a solução não estaria na promoção da camisinha e sim na prática da castidade, ou seja, sexo somente após o casamento. Segundo ele, a

Crise criada pela Aids, resgata o valor e o brilho da virtude. Antes do advento da doença, a castidade cheirava ‘bolor’ (...) É justamente dessa castidade, ‘embolorada’ nas últimas décadas, que encontraremos a ‘única’ saída eficaz, moral, segura, para enfrentar o temido flagelo (...) Mais do que nunca é preciso resgatar a coragem, talvez heróica, de se propor aos jovens a castidade, como algo profundamente saudável e necessário (Aquino, 2007a)

Oito anos antes ele já afirmava que a ética e a moral exigiam “ensinar aos jovens o auto-controle de suas paixões, vencer a AIDS pela castidade, e não pelo uso vergonhoso da ‘camisinha’, que incentiva ainda mais a imoralidade” (Aquino, 1999, p.116) e que “Educação sexual é educação para a castidade. O resto é incitar ao sexo fora de hora e fora de lugar” (Ibid., p. 116). Em outro artigo, sem autoria, afirmava-se que a própria Aids é “um flagelo do sexo fora do casamento”. Desta forma, sustentou que “O remédio contra a Aids é a vivência sexual apenas no casamento; e não como se propõe, irresponsavelmente, o uso de camisinhas, ao invés de se eliminar o vício pela raiz”.

O que deveria existir, segundo os religiosos, era um trabalho social diferente do que o Estado brasileiro levava a cabo, aonde, como afirmaram Cifuentes, Aquino e Benes, existiria uma situação de descontrole sexual, e que ao invés de ser extirpada, pois era ela supostamente a responsável pela Aids e por outros males, somente era contornada, com a propagação do “sexo seguro” e distribuição de preservativos. A castidade pregada aos jovens, desta forma, resolveria dois problemas em só um ato: moralizaria novamente a sociedade e afastaria os perigos de infecção por HIV.

O ‘sexo seguro’ como propaganda enganosa: as falhas do preservativo

A argumentação por vezes tomava outros rumos. A estratégia também foi a de desqualificar os métodos propostos pelo Estado não somente pelos perigos de desordem moral que proporcionavam, mas como ineficazes para a prevenção da própria Aids. Sobre isso, Felipe Aquino era bastante taxativo. Para ele o ‘sexo seguro’ não passava de uma ilusão. Desta forma, as campanhas televisivas que a propagavam se caracterizavam como verdadeiras propagandas enganosas (Aquino, 2002). Em artigo com título bastante significativo, “As provas científicas das falhas da camisinha” ele afirmava: “Não existe o sexo seguro. Infelizmente, até as *autoridades*

públicas enganam os jovens perigosa e irresponsavelmente. Veja as provas científicas claríssimas que mostram que a camisinha não previne 100% o contágio da AIDS” (Aquino, 2007b As provas científicas das falhas...). Abaixo ele arrola uma lista de cinco páginas (cujos fragmentos já se faziam presentes no texto de 2002) com citações médicas condenando a eficácia dos preservativos. A título de exemplo, citamos a fala de Susan Weller, uma das profissionais da saúde elencadas por Aquino. Ela diz que “Presta desserviço a população quem estimula a crença de que o condom (camisinha) evitará a transmissão sexual do HIV. O condom não elimina o risco da transmissão sexual; na verdade só pode diminuir um tanto o risco” (Aquino, 2007b).

Portanto, como clara crítica às propagandas estatais destinadas à juventude, ele argumenta que “Se a camisinha falha para prevenir a Aids em 10% e se expõem ao perigo 100.000 adolescentes temos 10.000 infectados. Se a propaganda para o uso do preservativo aumenta o índice da atividade sexual em 15%, se exporão ao perigo 115.000 adolescentes: 11.500 infectados” (Aquino, 2002). Caminho trilhado também por Cifuentes, que inclusive argumenta debruçando-se sobre os mesmos dados e citações utilizados por Aquino. Acima de tudo, para este religioso, aquelas medidas estatais não eram transparentes, pois somente falava-se em “sexo seguro”, mas todos os dados referentes às falhas da camisinha eram ocultados (Cifuentes, 2003b – Programa de distribuição de preservativos).

Mas a discussão sobre a má qualidade do preservativo na verdade retorna a reflexão sobre o desregramento sexual da juventude por ele promovido. E isto fica claro quando o próprio Cifuentes afirma que

a Igreja não rejeita o uso de preservativos somente porque estes são ineficazes. *Continuaria afirmando o mesmo se estes fossem 100% perfeitos, em todo o momento e em todas as circunstâncias (...)* A Igreja defenderia a mesma opinião de sempre ainda que os preservativos fossem absolutamente seguros. Com efeito, o fundamento da posição da Igreja é muito mais profundo: a mesma natureza humana (Cifuentes, 2003a) (grifo nosso)

Desta forma, a discussão sobre a suposta ineficácia do preservativo no combate à Aids perde importância. Ou melhor, ela se torna pertinente para os clérigos, somente na medida em que o Estado estaria desenvolvendo uma propaganda enganosa e que atingia também os jovens. Mas a preocupação não era esta, pois a Aids é um problema secundário. Assim, por mais que existam argumentações paralelas no ataque as campanhas estatais que analisamos, o círculo vai sempre se fechar, operar retorno ao ponto principal: “a mesma natureza humana”, a sexualidade regrada, sadia, casta, efetuada no casamento, fruto do amor e vinculada a geração da vida, valores colocados em xeque por um único objeto e uma única idéia: a camisinha e o ‘sexo seguro’.

AIDS, Estado e Igreja Católica: conflito de idéias

Para analisar as críticas religiosas aos métodos preventivos ao HIV/AIDS formulados pelo Estado brasileiro e destinados à juventude, recorreremos as reflexões de Roger Chartier e Pierre Bordieu sobre a construção das realidades sociais por intermédio das representações.

Para Chartier, as representações engendram um duplo movimento na dinâmica do mundo social: primeiro, são elas a criação de imagens de objetos, indivíduos, idéias, valores, etc. produzidas pelos sujeitos sociais em suas vivências. Em um segundo momento, elas permitem a construção de identidades sociais, haja visto que um mesmo valor social pode suscitar, em relação a ele, posicionamentos múltiplos e discordantes (Chartier, 1988, p. 20). De tal maneira que indivíduos com mesma disposição sobre algo tendem a formar um só grupo, excluindo, por outro lado, aqueles com diferentes tomadas de posição.

Tais grupos, para existir, precisam marcar sua presença, fazerem-se percebidos. Para isso, é necessário que um indivíduo fale em nome do grupo, represente demais componentes daquele segmento. Isto só é possível, como mostra o sociólogo Pierre Bourdieu, através da delegação de poder ao sujeito que fala em nome da coletividade. Para ele, isto é feito através de um ato mágico, performativo,

através do qual o representante constitui o grupo que o constitui: o portavoz dotado do poder de falar e de agir em nome do grupo, falando sobre o grupo pela magia da palavra de ordem, é o substituto do grupo que existe somente por esta *procuração*. Grupo feito homem, ele personifica uma pessoa fictícia (...) ele recebe o direito de falar e de agir em nome do grupo, de ‘se tomar pelo’ grupo que ele encarna, de se identificar com a função à qual ele ‘se entrega de corpo e alma’, dando assim um corpo biológico a um corpo constituído (Bourdieu, 1998, p. 82-83)

Seriam aquelas pessoas que passaram por um ‘rito de instituição’ (Ibid., p. 97-106), foram instituídas simbolicamente o que lhes permite falar em nome de seus “pares”. A instituição legitima uma diferença, faz do indivíduo consagrado por ela um ser diferente dos demais, pois lhe atribui o poder de ‘representar’. Como demonstra Bourdieu, estes ritos consistem “em sancionar e santificar uma diferença (...) fazendo-a conhecer e reconhecer, fazendo-a existir enquanto diferença social, conhecida e reconhecida pelo agente investido e pelos demais”, portanto sendo de primordial importância ao pesquisador da sociedade “levar em conta o fato da eficácia simbólica dos ritos de instituição, ou seja, o poder que lhes é próprio (da pessoa investida) de agir sobre o real ao agir sobre a representação do real” (Ibid., p. 99).

Desta feita, o mote desta discussão é perceber que os grupos, personificados em determinados indivíduos, e que constroem a sociedade a partir de diferentes e contraditórias idéias, engendram uma dinâmica social tensa. Seria ingenuidade supor que as representações serviriam somente para fixar identidades sociais coletivas, e estando-as formadas, as coisas se passassem de maneira tranqüila e serena. Longe disto, grupamentos com diferentes idéias, valores e posicionamentos constantemente entram em choque; simbolicamente falando, desenvolvem ‘lutas de representação’.

Neste sentido, Chartier é bastante claro. Sustenta que é impossível pensar as representações do mundo social sem articulá-las com a concepção mais ampla de poder. Para ele, investigá-las “supõe-nas como estando sempre colocadas num campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e de dominação” (Chartier, op. cit., p. 17). Por isso considera que apreender as estratégias simbólicas de conflito são tão importantes quanto lutas materiais, pois permitem apreender “os mecanismos pelos quais um grupo impõe ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio” (Chartier, loc. cit.). Ele tentava mostrar assim (mas também Bourdieu) que as lutas sociais constroem-se não apenas por determinantes econômicos, mas encontram também na cultura uma grande motivação.

E destes conflitos que, apesar de não envolverem força física, mas que, ao contrário, são lutas propriamente intelectuais, almeja-se também a chamada soma-zero, ou seja, destruir o ‘inimigo’, tentar ser o último a manter-se em pé. Deixando de lado as metáforas, os grupos tentam construir o mundo tal qual sua visão, tal qual suas representações, embasando-se naquilo que consideram o certo, a verdade. Tendem a “impor uma autoridade à custa de outros” (Chartier, loc. cit.). Não é por acaso que uma das vias para se pensar a construção das identidades sociais propostas por Chartier é aquela que as pensa “como resultando sempre de uma relação de forças entre as representações impostas por aqueles que tem o poder de classificar e de nomear e a definição submetida ou resistente, que cada comunidade produz de si mesma” (Chartier, 2002, p. 73).

Maneira de enxergar o social corroborada por Bourdieu, para quem as “diferentes estratégias mais ou menos ritualizadas de lutas simbólicas de todos os dias (...) encerram uma certa visão do mundo social, ou seja, das divisões do mundo social” (Bourdieu, op. cit., p. 82-83). Escrevendo de outra forma, a imposição de valores e representações que opera uma coletividade em detrimento de outra, se conseguida, resulta em poder, para usar outra palavra bastante presente no vocabulário deste sociólogo, levam ao ‘reconhecimento’. Pois aquelas suas

concepções, quanto mais aceitas no corpo social, mais dão a sensação de que o mundo lhes pertence; que detém poder sobre ele.

Estas considerações cabem perfeitamente na análise que pretendemos sobre a argumentação que religiosos católicos efetuaram das recentes campanhas desenvolvidas pelo Governo Federal para conter o avanço da Aids na população jovem. Isto é evidente quando pensamos os clérigos produtores dos artigos ou documentos oficiais sobre os quais debruçamos, como ‘representantes’, como pessoas ‘instituídas’ (afinal, não são ‘qualquer um’, mas sim padres, bispos, teólogos, etc.), de poder para falar em nome de uma Instituição maior, a Igreja Católica, veiculando todos os sentimentos e valores comuns a ela e que nunca falam em seu próprio nome, mas sim fazendo referência ao grupo que pertencem, ou seja, aquele que agrega todos os que se identificam como católicos.

Os religiosos analisados constroem um projeto de prevenção à Aids aos adolescentes fortemente ancorado em um modelo de sexualidade, próprio da Instituição da qual fazem parte, e que tende a sobrepor-se enquanto preocupação com relação à doença. Moldam então uma representação sobre a camisinha e o sexo seguro, e que não pode ser entendida sem ser relacionada às campanhas estatais. Se para o Estado o preservativo era o objeto principal para barrar os avanços da Aids na população jovem, a Igreja Católica a considera fonte de um mal maior: a imoralidade sexual. Existe uma inversão de prioridades, constatada na construção de imagens da própria sexualidade. Para o Governo Federal esta vem em segundo plano, pois reconhece que ela começa a ser exercida cada vez mais cedo, ainda na adolescência, portanto enxerga como importante não coibi-la, proibindo o sexo, mas sim ensinar como ser praticado de forma segura, objetivando primordialmente a prevenção juvenil à Aids; para os religiosos a sexualidade dos jovens deve ser preocupação primordial, pois se os mesmos fossem educados dentro dos ‘valores cristãos’, citados e repetidos em vários momentos, a própria Aids seria evitada.

Por isso os representantes da Igreja Católica desenvolveram com o Estado uma ‘luta por representação’, não tanto por um instinto combativo, mas por que a ela foram impelidos. Ora, através da promoção da camisinha à jovens, não se estava, consciente ou inconscientemente, reforçando o combate à epidemia da Aids, mas com ela confrontava-se todas as concepções e valores católicos concernentes a sexualidade (entendido aí o tripé casamento, sexo e amor). Relembrando, como acusam os clérigos, o preservativo só incitava e reforçava a promiscuidade e o sexo descompromissado. Denunciar esta situação e, portanto salvaguardar seus valores era uma obrigação seguida de necessidade.

Implicitamente através de seus argumentos, é perceptível também uma estratégia de poder. O objetivo não era apenas salvaguardar suas idéias, e sim as ‘impor’, tal qual faz o Governo Federal. Os clérigos, ou de maneira genérica, a Igreja Católica, constroem também sua forma de prevenção ao HIV e que os jovens deveriam seguir: a castidade, o sexo somente após o casamento. Aliás, estas pretensões católicas eram ambivalentes, uma vez que a abstinência sexual, se seguida pelos jovens, afastaria tanto os perigos da doença como colocaria o sexo em seu devido lugar, livrando a sociedade da imoralidade. Na verdade, a preocupação primordial era a conservação de um específico modelo de sexualidade, e só em seguida a prevenção à doença.

A intenção, portanto, era construir estratégias de combate a Aids de acordo com as convicções religiosas, o que demandava a desqualificação de qualquer outro método, notadamente o oferecido pelo Estado brasileiro, e suas idéias centradas no ‘sexo seguro’. Algo que denota claramente isto é a argumentação sobre a ineficácia do preservativo e todas as suas falhas para barrar o HIV. Não é ele o melhor método para se prevenir ao HIV, mas a abstinência sexual até o casamento. Assim, a Igreja acredita que são suas representações sobre este aspecto bastante particular da realidade que pode construir um mundo aonde a sexualidade seja regrada e moral, e, desta feita, afastar os perigos e os flagelos impostos pela Aids.

Considerações Finais

O principal objetivo deste trabalho foi investigar o posicionamento mantido pela Igreja Católica brasileira a respeito dos métodos preventivos à epidemia do HIV/Aids oferecidos aos jovens pelo Governo Federal. Através do discurso propagado por clérigos dentre os anos de 1993 a 2007, contra os ideais laicos de ‘sexo seguro’, garantido pelo uso do preservativo em relações sexuais, foi possível constatar que sua argumentação em defesa da castidade como forma de afastar os riscos daquela doença, ligou-se a uma disputa pelo poder de gerir as próprias práticas sexuais daquele segmento social. Isto fica claro, não a partir da constatação de que os representantes da Igreja Católica propuseram o sexo somente após o casamento aos jovens, mas porque foi possível notar a construção de imagens degradantes acerca do método e idéias estatais. Assim, por exemplo, a argumentação sobre a ineficácia do preservativo para barrar o vírus HIV, ou então, o discurso sobre a imoralidade inerente à camisinha, que proposta a pessoas ainda em idade escolar, geraria a promiscuidade e o sexo banal, eventual, exagerado, utilizado somente na busca pelo prazer, não como consumação do amor, como prevê a doutrina católica.

A sexualidade foi um ponto importante para entender as ressalvas religiosas. Ora, por trás do debate que girou em torno da dicotomia preservativo/castidade, ou então ‘sexo seguro’ /sexo no casamento, residia o próprio ordenamento dos comportamentos sexuais. Neste sentido,

os clérigos não forjaram uma disputa sobre este aspecto somente por acaso, mas porque foram impedidos. Aceitar tacitamente que pessoas em tenra idade fossem alvo de discursos e idéias que supostamente os levariam à prática sexual desregrada e antecipada significava ser conivente com a própria perda de fiéis. Pois se os jovens aceitassem as propostas estatais, os valores católicos seriam colocados em xeque: castidade e sexo com segurança são lógicas que se anulam.

Por fim, gostaria de afirmar que minha intenção, através deste artigo e de minha monografia, defendida no final de 2008, não foi a de desqualificar nenhum dos métodos preventivos aqui analisados, principalmente aquele que não é dominante em nossa sociedade, ou seja, o pautado na idéia da Castidade, do sexo com amor e no casamento. Ao contrário, quis mostrar que as iniciativas elaboradas socialmente na tentativa de precaver a população (especificamente, pensamos aqui na população jovem) da contaminação sexual por HIV não se desenvolveram de maneira linear e unívoca; muito pelo contrário, estavam em jogo diferentes e incompatíveis idéias, então conflituosas e que engendraram um processo social tenso e contraditório. Ademais pensar a crítica elaborada por religiosos ligados à Igreja Católica, permite, a meu ver, perceber como a sociedade se relacionou com a AIDS, quais suas respostas a ela, mais do que isso, perceber que existem diferentes perspectivas de combate a doença, principalmente porque estão ancoradas em valores discordantes. Ou seja, a um só tempo divergentes, porém, ambas válidas.

Notas

1 - 1º de Dezembro de todo o ano marca o “Dia Internacional da Luta Contra a Aids”.

2 - Este “hiato” se explica porque, a partir de meados da década de noventa o Ministério da Saúde e o Programa Nacional de Combate a Aids começaram a direcionar as campanhas a diversos grupos da sociedade (ver página 31). Como existem somente duas datas significativas em que as campanhas são veiculadas (Carnaval e Dia Mundial de Combate a Aids – 1º de Dezembro), existe certa demora para a repetição de campanhas direcionadas aos grupos específicos, como aconteceu com os jovens.

3 - Diversas notícias do período informam as primeiras cidades em que foi implantado o programa. Esta é somente um dos exemplos.

4 - Ao todo foram encontradas 17 notícias se referindo a tal assunto. Contudo, elas trazem sempre as mesmas informações e de maneira bastante rápida, somente chamando a atenção para a nova medida pretendida pelo Governo Federal.

Referências Bibliográficas

BOURDIEU, Pierre. *A Economia das trocas lingüísticas: O que falar quer dizer*. Tradução de Sérgio Miceli, Afrânio Catani e Denice Barbara Catani. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998. 188 p.

CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a história entre certezas e inquietudes*. Tradução de Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2002. 277 p.

_____. Introdução. Por uma sociologia das práticas históricas. In: _____. *A História Cultural entre práticas e representações*. Tradução de Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difel, 1988. Introdução. p. 13-28.

NASCIMENTO, Dilene Raimundo do. *As pestes do século XX: tuberculose e Aids no Brasil, uma história comparada*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005. 193 p.

Fontes

Artigos e Livros

AQUINO, Felipe Rinaldo Queiroz de. As provas científicas das falhas da camisinha. 2007. Disponível em <http://www.cleofas.com.br/virtual/texto.php?doc=FAMILIA&id=fam0002> Acesso em: 15 dez. 2007

_____. Camisinha, um sinal de decadência moral de uma civilização. 2007. Disponível em <http://www.cleofas.com.br/virtual/texto.php?doc=OPINIAO&id=opi0248>. Acesso em 15 dez. 2007

_____. Existe o sexo seguro? 2002. Disponível em <http://www.cleofas.com.br/virtual/texto.php?doc=MORAL&id=mor0116>. Acesso em 15 dez. 2007

_____. *Namoro*. Lorena: Cleofas, 1999.

BENES, Eduardo. Educar para a virtude. 2007. Disponível em <http://www.cnbb.org.br/ns/modules/articles/> Acesso em: 15 dez. 2007

_____. Pseudo soluções. 2007. Disponível em <http://www.cnbb.org.br/ns/modules/articles/> Acesso em 15 dez. 2007

CIFUENTES, Rafael Llano. Preservativos, sexo, amor. 2007. Disponível em www.cnbb.org.br Acesso em 15 dez. 2007

_____. A educação sexual e afetiva dos filhos e o uso do preservativo como inibidor da Aids. 2003. Disponível em <http://www.portaldafamilia.org/artigos/artigo207.shtml> Acesso em: 15 dez. 2007

_____. Programa de distribuição de preservativos. 2003. Disponível em <http://www.cnbb.org.br/ns/modules/articles/> Acesso em 15 dez. 2007

Campanhas

Brasil, Ministério da Saúde, Departamento de DST e Aids. Campanhas Nacionais de Prevenção. Brasília. Disponível em <http://www.aids.gov.br/c-geral/ong/item06.htm>. Acesso em: 15 jul. 2008.

Brasil, Ministério da Saúde. Departamento de DST e Aids. Sua atitude tem muita força na luta contra a Aids. Brasília, 2007. Disponível em <http://www.aids.gov.br/data/Pages/LUMISC00B1070ITEMID4460B47795444E3789B93E0929A4E2CBPTBRIE.htm> Acesso em: 22 dez. 2007

Brasil, Ministério da Saúde. Departamento de DST e Aids. Mostre que você cresceu e sabe o que quer, neste carnaval use camisinha. Brasília, 2003. Disponível em <http://www.aids.gov.br/data/Pages/LUMISC00B1070ITEMID5E37437B607F4DE4A628F5D47386D27CPTBRIE.htm> Acesso em: 22 dez. 2007

Brasil, Ministério da Saúde. Departamento de DST e Aids. A força da mudança: com os jovens em campanha contra a aids. Brasília, 1998. Disponível em: <http://www.aids.gov.br/data/Pages/LUMISC00B1070ITEMIDD34CFA3BBBFA4A01854F6643829B634DPTBRIE.htm>. Acesso em: 22 jul. 2008

Periódicos

ALMEIDA, Guilherme. Alunos do Recife tem aulas de educação sexual. 20 maio. 2005. Disponível em <http://www.aids.gov.br/data/Pages/LUMIS0404599FPTBRIE.htm> Acesso em: 11 maio. 2008

Assessoria de imprensa Programa Nacional de DST/Aids. Brasília 20 ago. 2003 Disponível em <http://www.aids.gov.br/data/Pages/LUMIS0404599FPTBRIE.htm> Acesso em: 11 maio. 2008

CONSTANTINO, Luciana. Governo quer “Maquina de Camisinha” nas escolas. Folha de São Paulo, São Paulo. 11 jan. 2007. Disponível em <http://www.aids.gov.br/data/Pages/LUMIS0404599FPTBRIE.htm> Acesso em: 11 maio. 2008

Estudantes recebem camisinha na escola. *O Progresso*, Maranhão 21 set. 2003. Disponível em <http://www.aids.gov.br/data/Pages/LUMIS0404599FPTBRIE.htm> Acesso em: 11 maio. 2008

Governo quer ampliar distribuição de camisinhas nas escolas. *O Popular*, Goiânia. 31 mar. 2004. <http://www.aids.gov.br/data/Pages/LUMIS0404599FPTBRIE.htm> Acesso em: 04 maio. 2008

Governo vai ampliar a distribuição de camisinhas para jovens de escolas públicas. *Folha de São Paulo*, São Paulo. 07 fev. 2007. Disponível em <http://www.aids.gov.br/data/Pages/LUMIS0404599FPTBRIE.htm> Acesso em: 11 maio. 2008

Livros, cadernos e camisinhas. Gabarito. 21 out. 2003. Disponível em <http://www.aids.gov.br/data/Pages/LUMIS0404599FPTBRIE.htm> Acesso em: 11 maio. 2008

Ministérios distribuirão preservativos nas escolas. *O Globo*, Brasília. 18 ago. 2003. Disponível em <http://www.aids.gov.br/data/Pages/LUMIS0404599FPTBRIE.htm> Acesso em: 11 maio. 2008

OLIVEIRA, Fernando de. MS distribuirá camisinha em doze escolas do Estado. Correio da Paraíba, Paraíba. 30 mar. 2004. Disponível em <http://www.aids.gov.br/data/Pages/LUMIS0404599FPTBRIE.htm> Acesso em: 04 maio. 2008

Programa de combate a Aids é lançado, visando conscientizar 2,5 milhões de estudantes no país. Correio da Bahia – Aqui Salvador. Salvador 21 ago. 2003 Disponível em <http://www.aids.gov.br/data/Pages/LUMIS0404599FPTBRIE.htm> Acesso em: 11 maio. 2008

Programa leva educação sexual a adolescentes. 30 abr. 2006. Disponível em <http://www.aids.gov.br/data/Pages/LUMIS0404599FPTBRIE.htm> Acesso em: 04 maio. 2008

Projeto tenta barrar Aids na escola. Gazeta doPovo, Curitiba. 20 ago. 2003. Disponível em <http://www.aids.gov.br/data/Pages/LUMIS0404599FPTBRIE.htm> Acesso em: 11 maio. 2008

Prevenção à Aids será intensificada nas escolas. Zero Hora, Rio Grande do Sul 12 mar. 2004. Disponível em <http://www.aids.gov.br/data/Pages/LUMIS0404599FPTBRIE.htm> Acesso em: 11 maio. 2008

SANT’ANNA, Emílio. Nova polêmica sobre camisinha. Jornal do Comercio, Pernambuco. 04 fev. 2007. Disponível em <http://www.aids.gov.br/data/Pages/LUMIS0404599FPTBRIE.htm> Acesso em: 11 maio. 2008

Saúde lança programa inédito de prevenção à Aids entre os jovens. Diário de Cuiabá, Cuiabá. 18 ago. 2003. <http://www.aids.gov.br/data/Pages/LUMIS0404599FPTBRIE.htm> Acesso em: 11 maio. 2008